

ATA DE REUNIÃO					
Data	07/12/2022	Horário de Início	15h	Horário de Término	15h30h
Local	Ambiente Teams				
Participantes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exmo. Dr. Ricardo Dal Pizzol (Juiz Assessor da Presidência) 2. Exma. Dra. Paula Micheletto Cometti (Juíza Assessora da Presidência) 3. Exma. Dra. Ana Rita de Figueiredo (Juíza Assessora da Presidência) 4. Exmo. Dr. Gustavo Santini Teodoro (Juiz Assessor da Corregedoria) 5. Elias Saturnino da Silva (Coordenador – STI) 6. Fábio Alves do Couto (Supervisor – STI) 7. Donizete Tadeu Magalhães (Supervisor – STI) 8. Elaine dos Santos Lima (Supervisor – STI) 9. Fabiana Maria Bonachela (Diretora – SJ) 10. Gabriel José de Araújo (Diretor – SJ) 11. Renata Medaljon Rosenberg Sandroni (Supervisor – SJ) 12. Henrique Antônio Calabrese (Chefe de Seção – SJ) 13. Priscilla Evelyn Lamas Medeiros (Chefe de Seção – SJ) 14. Vanessa Cristina Martiniano (Secretária – SPI) 15. Carlos Santos Gonçalves (Diretor – SPI) 16. Nelson Gonçalves Gomes (Coordenador – SPI) 17. Patrícia Maria Landi (Diretora – DEPLAN) 18. Emerson Ryuji Takase (Coordenador – DEPLAN) 19. Marcelo Leme de Arruda (Estatístico Judiciário – DEPLAN) 				
Pauta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Saneamento das Execuções Fiscais (SPI); 2. Saneamento propostos na última reunião do GPJ (SPI); 3. Tabela de Documentos do CNJ (SPI); 4. Log de Auditoria (Deplan); 5. Meta 2 (Deplan); 6. Metas CNJ 2023 (Deplan). 7. DataJud/2º Grau - Casos Novos (SJ-Deplan) 				

Descrição

O Dr. Ricardo Dal Pizzol, Supervisor do Grupo de Pesquisas Judiciárias – GPJ-TJSP, iniciou brevemente a 2ª reunião determinando a exposição dos trabalhos da SPI.

A SPI apresentou os números dos saneamentos realizados (1 milhão de Processos) e que estão em andamento (1,7 milhões de Processos). Ao final, explicou sobre a adequação dos documentos SAJ (em uso e fora de uso) do TJSP à Tabela Processual Unificada (TPU) – Documentos Processuais. Por meio de arquivo de-para, abrangendo petições, documentos, categorias de expedientes, itens específicos DEPRE, efetivou-se a equivalência das denominações.

Sobre os saneamentos pendentes, Dr. Pizzol perguntou sobre a perspectiva de conclusão, ao que a STI deu como previsão a 2ª quinzena de janeiro ou a 1ª quinzena de fevereiro de 2023, seguindo a ordem cronológica das solicitações por saneamentos/migrações.

Dra. Ana Rita solicitou a lista de demandas da SPI para eventual priorização por parte da STI.

Em seguida, a Deplan relata a mudança no fluxo de comunicação das novas Metas Nacionais, recentemente aprovadas no 16º Encontro Nacional: ao invés de divulgar as novas Metas Nacionais quando o respectivo glossário fosse disponibilizado (abril ou maio/2023), passe-se à divulgação logo após o referido Encontro. Nesse contexto, relatou o quê de concreto foi feito - a notícia no portal do TJSP, e o que será feito ainda em 2022 – comunicado no diário oficial e e-mail marketing, e em 2023 – novo comunicado com a disponibilização do glossário.

Ainda no assunto “Metas”, a Deplan apresentou o grau de cumprimento das Metas 2022 no TJSP, destacando a melhora ocorrida na Meta 5 – Reduzir a Taxa de Congestionamento, com perspectiva de retorno ao nível pré-pandemia no segundo semestre de 2023.

Na sequência, a Deplan manifestou preocupação com a lacuna existente entre os saneamentos de dados-SAJ e gravação no Log de auditoria, que impactam diretamente a apuração pelo BI-1G dos números: das Metas de produtividade (em geral) e da Meta 2 (em específico) que se reflete no projeto de Painel da Corregedoria.

Assim, a Deplan propôs esforço conjunto e encaminhará processo autuado no CPA para a Assessoria de Tecnologia da Informação.

Diante de alguns pontos trazidos pela SPI, no contexto dos Processos da Meta 2 no painel de BI (projeto da Corregedoria), a Deplan explicou o impacto dos processos cadastrados como ‘*excepcional*’, inclusive com potencial repercussão negativa na Sociedade (questionamento do DPJ/CNJ de casos de Júri ainda não baixados no TJSP, incluindo processo de 1973, que fora consultado pela área de Comunicação, abrindo-se “cadastro excepcional” e que não foi baixado após concluída a atividade).

Para conhecer o perfil desses Processos, a Deplan solicitou extração específica para este objetivo. Por fim, a Deplan manifestou preocupação com a recorrente abertura desses “Processos”, sugerindo maior conscientização dos servidores das Unidades Judiciárias para o correto uso do sistema nessas situações.

A SPI sugeriu, além da publicação de comunicados alertando sobre o tema, o envio das listas de Processos de cadastro excepcional às respectivas Unidades Judiciárias como forma de monitorá-las e cobrá-las a respeito.

O Exmo. Juiz Assessor da Corregedoria, Dr. Gustavo Santini, sugeriu utilizar o próprio painel da Meta 2 como forma de monitoramento desses Processos.

Por fim, a Deplan relatou a boa qualidade dos números referentes a Casos Novos da 2ª Instância do TJSP em relação ao apurado pelo DataJud/CNJ, havendo diferenças pontuais (menor de 1%) por conta de redistribuições. Destacou ainda dois pontos a serem objeto de reunião com o CNJ: a existência de Processos de Embargos de Declaração (Classe não considerada nos Casos Novos) contabilizados pelo DataJud; e a diferença de classificação do Agravo de Instrumento – Recursal, pelo CNJ, e, Originário pelo TJSP.

A STI, por conta do monitoramento das cargas para o DataJud, em análise própria chegou ao mesmo diagnóstico quanto a “Classes” que não deveriam ser contabilizadas pelo DataJud.

(Nada mais, eu, Emerson Ryuji Takase, Coordenadoria de Análise Estatística, minutei a presente Ata a qual foi revisada pela Diretora da DEPLAN – Sra. Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, bem como conferida e aprovada pelo Supervisor do GPJ, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assessor da Presidência, Dr. Ricardo Dal Pizzol).